



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 11 DE JUNHO DE 2012**

ATA Nº 04/2012

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, em substituição do membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Paulo Jorge Cimbron Varão; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Durval Carlos Simas Faria.

Não compareceram à sessão os membros Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Albertina Maria Costa Oliveira, que justificaram a ausência.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da segunda sessão ordinária, respeitante ao dia 30 de abril de 2012, que foi aprovada por unanimidade.

Depois, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 1 de maio a 11 de junho de 2012, a qual se encontra à disposição para consulta dos membros da Assembleia Municipal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Deputado Roberto Oliveira abriu este período, recordando que, na última sessão da Assembleia Municipal, abster-se de votar o Relatório de Contas de 2011 deste município, pois o Relatório apresentava conjuntamente as contas da Empresa Municipal e da Câmara Municipal. Acrescentou que, na altura, teria votado a favor das contas respeitantes à Câmara Municipal se estas tivessem sido apresentadas isoladamente. Declara agora ter alterado a sua posição e, apesar de ter consciência que o seu novo entendimento não terá qualquer efeito, deseja esclarecer que, após a leitura das dívidas da Câmara Municipal, nomeadamente a fornecedores, entendeu não ter condições de aprovar o referido Relatório de Contas.

Salientou ainda que está preocupado com as dívidas deste Município, pois em 31-12-2011 a Câmara Municipal da Lagoa tinha uma dívida de 10.000.000,00€, a Empresa Municipal da Lagoa uma dívida de 2.450.000,00€ e as Portas da Lagoa tinham uma dívida de 10.400.000,00€, potencialmente acrescida de 5.000.000,00€, o que perfaz uma dívida total de quase 28.000.000,00€. Assim, questionou o Presidente da Câmara Municipal, como responsável máximo e direto por esta situação e provável candidato a um próximo mandato, como pretendia gerir o pagamento das dívidas, sendo já notória alguma dificuldade no que respeita a iluminação pública e no apoio aos Clubes Desportivos, para lá da não execução de obras emblemáticas que já deveriam estar executadas, nomeadamente o Cine Teatro Ferreira da Silva, a requalificação da orla marítima e o Complexo Desportivo, que muitos votos deram ao Partido Socialista aquando da campanha eleitoral.

Foi dada palavra ao Presidente da Câmara Municipal que, em relação à intervenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, esclareceu que é necessário perceber que a prestação de contas do Município espelha sempre a situação real, sem qualquer engenharia financeira ou cosmética da situação das contas atuais. Acrescentou que é do conhecimento público que a situação dos municípios se alterou muito nos últimos anos, com assustadora perda de receita. A título de exemplo, informou que existe uma autarquia no Continente que pagava a menos de trinta dias e, atualmente, vai ser obrigada a recorrer à linha de crédito para evitar a rotura financeira, o que a coloca no nível um, caso que não resulta de má gestão do seu Presidente da Câmara, mas sim da elevada perda de receita.

Afirmou que, na Câmara Municipal da Lagoa, têm sido efetuados ajustes na despesa, mas o mesmo não é possível no que respeita à arrecadação da receita, situação visível desde há algum tempo. Acrescentou ainda que a Lei dos Compromissos, que brevemente entrará em vigor, obrigará a uma nova postura face à execução do orçamento, que deixará de ser executado numa lógica orçamental para passar a ser executado numa lógica de tesouraria.

Sendo a prioridade do Governo da República a redução da dívida de curto prazo, torna-se muito difícil gerir a capacidade de executar os empreendimentos promovidos pela Câmara da Lagoa, os quais foram decididos num quadro financeiro completamente diferente.

O Presidente da Câmara disse ainda que tudo irá fazer para cumprir os compromissos assumidos, considerando que os próximos anos serão de maior contenção e, embora alguns dos empréstimos de médio e longo prazo da Câmara Municipal estejam a terminar, existem outras responsabilidades que se vão iniciar. Referiu também que, neste momento, o Governo da República está mais preocupado em agradar à Senhora Ângela Merkel do que em resolver os problemas do país, observando-se um assalto ao Poder Local, pois a nova linha de empréstimo para as autarquias, embora globalmente positiva para os municípios que estão com dificuldades, é um ataque feroz à autonomia do poder local. Concluindo, esclareceu que irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para pagar a dívida com as receitas municipais, como tem feito até agora. Se não conseguir esse objetivo, então terá que renegociar com as instituições de crédito, utilizando as linhas de crédito disponíveis, que são para dívidas de curto prazo. A 31 de março do corrente ano, a dívida a fornecedores da Câmara Municipal de Lagoa, a mais de noventa dias, era sensivelmente de 800.000,00€ e a autarquia da Lagoa, de acordo com as contas feitas pelo Ministério das Finanças, poderá obter cerca de 500.000,00€ de crédito, mas existem contrapartidas negativas no acesso à mesma, pelo que só se recorrerá a esse crédito em último caso.

Em relação à redução do horário da iluminação pública, a Câmara Municipal da Lagoa paga anualmente cerca de 120.000,00€ e, atualmente, não possui receitas para continuar a assumir este tipo de despesa na globalidade. Por outro lado, a tarifa de Iluminação Pública aumentou, prevendo-se novo aumento a partir de janeiro do próximo ano, bem como a taxa do IVA e, provavelmente, parte da redução que se conseguiu obter está a ser absorvida por estes aumentos. A Câmara reconhece que as pessoas em geral estão descontentes com a situação por questões de segurança, não pela abertura da iluminação que ocorre pelas 21h30, mas sim pelo fecho que ocorre de madrugada. O Presidente da Câmara concluiu, afirmando que o Governo da República não quer saber se as Câmaras Municipais têm problemas, pois está subjugado à Troika e ao controlo do défice, apesar de existirem outras saídas, como aliás já afirmou o Presidente da República e alguns autarcas de “peso” do PSD.

Pedi a palavra o Deputado Roberto Oliveira, que referiu compreender o esforço do Presidente da Câmara num contexto muito difícil, tendo pedido esclarecimentos em relação a uma dívida de 2,50€ com data de 2010.

O Presidente da Câmara Municipal declarou que essa situação não era imputável a esta edilidade, que possui uma dívida considerável de faturas antigas por pagar referentes a

trabalhos a mais de obras financiadas por fundos comunitários, os quais não são financiados pela Comunidade Europeia. As faturas de menor valor que constam do referido mapa têm a ver com uma interpretação da Contabilidade camarária que, independentemente do valor a pagar, o fornecedor tem que possuir a sua situação regularizada perante a Segurança Social e o Serviço de Finanças, o que leva por vezes os fornecedores a não quererem pagar essas certidões para receberem valores pequenos. Recentemente, chegou-se à conclusão que só a partir de 5.000,00€ é necessária a apresentação das referidas certidões, pelo que, entretanto, a Autarquia já pagou todas estas faturas. Acrescentou que a Câmara Municipal tem vindo, todos os meses, a reduzir a dívida a fornecedores e, em relação a 31-12-2011, a mesma já diminuiu cerca de 500.000,00€.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que tem lido na imprensa que determinadas autarquias têm faturas por pagar a tantos dias e constatou que a autarquia lagoense é igual ou pior. Refere que foram eleitos para fiscalizar as contas da Câmara Municipal, pois esta é a missão de uma Assembleia Municipal.

Quanto à gestão nacional, corrobora com quase tudo o que foi dito pelo Presidente da Câmara Municipal. O ano passado, quando saiu o chamado "Livro Verde" que previa a redução de freguesias e dos concelhos, também se falava na redução das Empresas Municipais. No seu entender, grande parte da dívida da Empresa Municipal da Lagoa foi a construção do Tecnoparque, considerando tratar-se de uma estratégia e não de gestão.

Referiu ainda que a dívida da Câmara Municipal, no valor de 10.000.000,00€, tem vindo a reduzir anualmente, enquanto a dívida da Empresa Municipal da Lagoa é de 2.400.000,00€.

Com este valor da dívida, o município será obrigado a cumprir as obrigações do Governo Central ou a ter as taxas máximas. O deputado Roberto Oliveira acrescentou que, quando os lagoenses forem obrigados a pagar a taxa do IMI ou o fornecimento da água na taxa máxima, irá dizer que o plano político do Presidente da Câmara Municipal falhou e, se calhar, nesse mesmo dia será obrigado a apresentar uma moção de censura, de acordo com as competências permitidas à Assembleia Municipal.

Foi dada palavra ao Presidente da Câmara, que esclareceu que o valor absoluto da dívida é importante mas, o mais importante, é se a Câmara tem ou não capacidade para pagar, garantindo que está a fazer de tudo para cumprir os compromissos assumidos.

Desde 2009, tem-se feito um esforço para reduzir a dívida, independentemente de ter ou não sido feito investimento. Em 31-12-2008, a dívida total da Autarquia era de cerca de 14.000.000,00€; em 31-12-2009 de 15.000.000,00; em 31-12-2010 de 13.000.000,00€; em 31-12-2011 de 11.200.000,00€ e, no corrente ano, de 10.800.000,00€, o que demonstra inegavelmente uma redução da dívida da autarquia. É verdade que o município tem uma

dívida, mas é uma dívida controlada. O dado novo é a crise, que veio retirar receita e o Governo da República não tem ajudado em nada, o que complica toda esta situação.

O Presidente do município informou que está preocupado e está a trabalhar para que a Lagoa não tenha necessidade de entrar no Grupo 1 das Autarquias, considerando que já existem 53 que fazem parte do Grupo 1, o que representa quase um sexto do total das autarquias. Entre estas, poderá haver alguns casos de má gestão, mas seguramente que não será só má gestão. O Governo da República deve entender isso e considerar que o Poder Local é importante, resolvendo a situação com a nova Lei das Finanças Locais.

O Deputado Paulo Jorge Borges informou que alguns membros do Grupo Parlamentar do PSD tiveram dificuldade em aceder aos documentados disponibilizados em PDF para a presente sessão da Assembleia Municipal, pelo que alertam para que essa situação seja melhorada.

Afirmou que, na reunião anterior, havia informado que traria a esta sessão a proposta de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal. Já possui a documentação e o terço dos membros necessários para o efeito, estando apenas a aguardar uma informação jurídica sobre as alterações que pretendem sugerir, de modo a não incorrerem em alguma ilegalidade. Assim, questionou a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se também tenciona proceder a alterações ao presente regimento, pois vislumbrou em anteriores sessões que também era essa a sua intenção. Também gostaria de saber se existe a possibilidade de criar um pequeno grupo de trabalho, com representantes de cada bancada parlamentar, de modo a agilizar esse processo. Caso não esteja disposta, informou que o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar essa proposta na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Acrescentou ainda que comunga com a generalidade do que foi dito pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, porque tem sido essa a postura que tem adotado ao longo desses anos. Como membro desta Assembleia Municipal, tem alertado sucessivamente para aquilo que achava ser decisões políticas menos acertadas quanto à gestão do orçamento e do plano deste município. Respeita, mas relembra que houve várias forças políticas que concorreram com diferentes ideias para a Lagoa, pelo que é natural que se mantenham fiéis a essas ideias.

Refere que se tivesse havido uma boa política nos últimos sete ou oito anos, provavelmente a situação não seria a presente. Se “não vale a pena chorar sobre o leite derramado”, é preciso não esquecer que a situação que Portugal está a atravessar se deve a uma pessoa e não só, que são aqueles que o apoiaram, porque hoje vê os mesmos que o apoiaram há ano a meio a “assobiar para o lado”.

Quanto ao Tecnoparque, gostaria de voltar a frisar que o Grupo Parlamentar do PSD não é contra o Tecnoparque, mas sim contra as opções tomadas para o Tecnoparque, nomeadamente a criação da sub-empresa Portas da Lagoa.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que, em relação aos documentos disponibilizados em PDF, houve problemas no servidor, daí a razão da dificuldade de leitura dos mesmos.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Pedro Monteiro que afirmou existirem várias formas de poupar, nomeadamente em alturas difíceis como a que o País está a atravessar. Compreende que se deve ajudar as empresas da cidade de Lagoa, mas também considera que se deve usar o que está ao nosso alcance, gratuitamente se possível, pois poupar-se-ia algumas dezenas de milhares de euros. Referiu, a título de exemplo, que em vez de se terem colocado tantas palmeiras na avenida sita ao Tecnoparque, poderia ter-se aplicado o critério de palmeira sim-palmeira não, à semelhança do que sucede com a iluminação pública, ou então colocar um pau branco, que os serviços florestais estão a oferecer e, assim, ter-se-ia poupado muito dinheiro.

Realçou que é a sua primeira experiência como Deputado Municipal e, por mais que queira acreditar na inocência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não consegue.

A Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à intervenção do Senhor Deputado Paulo Jorge Borges, informou que é seu propósito discutir o novo Regimento da Assembleia Municipal, com uma equipa representativa de todos os grupos partidários com assento nesta Assembleia Municipal, com o compromisso de antes do próximo ano ter o novo Regimento aprovado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a Atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

PONTO N.º 2 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2011 - RETIFICAÇÃO:

Os documentos retificados da Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2011 foram votados por maioria, sendo dezoito votos a favor e cinco abstenções dos membros Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira, Pedro Monteiro, Cláudia Galego e Roberto Oliveira, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges apresentou a justificação de voto do Grupo Parlamentar do PSD, alegando que, na última sessão, o Grupo votara contra a prestação de contas de 2011 e, por isso, não fazia sentido votar contra uma situação que serve para repor a legalidade.

PONTO N.º 3 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, referindo o Presidente da Câmara Municipal que esta proposta surgiu no sentido de facilitar a gestão do expediente da Câmara Municipal, de acordo com uma sugestão da Associação Nacional de Municípios Portugueses para que todas as autarquias fizessem aprovar essa proposta nas respetivas Assembleias Municipais.

A proposta foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções dos membros Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira, Pedro Monteiro, Cláudia Galego e Roberto Oliveira. Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, justificou a abstenção indicando que, apesar de achar que se trata de uma melhoria, a decisão poderá dar azo a zonas dúbias, que poderão provocar consequências até agora desconhecidas.

PONTO N.º 4 – VOTAÇÃO DO PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO:

Pela Câmara Municipal foi apresentado o plano de liquidação de pagamentos em atraso, o qual resulta da Lei dos Compromissos. A Autarquia lagoense teve de apresentar à Direção Geral das Autarquias Locais um plano das dívidas a mais de 90 dias e o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses foi elaborar o referido plano, independentemente da Lei ainda não ter sido publicada. O presente plano de liquidação será atualizado todos os anos e, no próximo ano, será presente à Assembleia Municipal um novo mapa.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se o mês de liquidação referido no mapa corresponde à data do pagamento, o que o Presidente da Câmara Municipal confirmou.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou o Presidente da Câmara se, sendo assim, as faturas constantes do mesmo plano estariam quase todas liquidadas, ao que o Presidente da Câmara Municipal respondeu que, em termos de quantidade de faturas, estava quase tudo liquidado, mas não em termos de valor absoluto.

Posto à votação, o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso foi aprovado por unanimidade, tendo esta deliberação sido aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, de acordo com o Regimento do Conselho Municipal de Segurança, competia à Assembleia Municipal designar quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para participarem no Conselho Municipal de Segurança. Propôs a continuidade do Deputado Eduíno Rego e a designação do Deputado André Almeida e solicitou que os Grupos Parlamentares do PSD e PP apresentassem os nomes de outros dois cidadãos.

O Deputado Paulo Jorge Borges apresentou a seguinte proposta, na perspetiva de abrangência de todos os Grupos Parlamentares: a Senhora Elizabete Tavares, porque trabalha diretamente com problemas de segurança e não só; o Deputado Municipal Roberto Oliveira; o Vereador Carlos Augusto Furtado; e o Pároco João Martins Furtado, pois é o Pároco mais antigo da Ouvidoria e já passou por várias freguesias do concelho, pelo que possui algum conhecimento nesse âmbito.

De seguida, questionou a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal como pretendia proceder à designação dos membros, atendendo que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma lista e a Presidente da Mesa apresentou outros nomes.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, de acordo com o Regimento, a eleição deveria ser uninominal e por escrutínio secreto, portanto haveria quatro votações.

O Deputado André Almeida propôs um pequeno intervalo para que o Grupo Parlamentar do PS pudesse reunir, ao que a Presidente da Assembleia anuiu.

Retomando-se os trabalhos, realizou-se a primeira votação, com os seguintes resultados: quinze votos a favor do membro Eduíno Manuel da Ponte Rego e oito votos a favor da cidadã Elizabete do Carmo Pacheco Tavares, tendo sido eleito o membro Eduíno Manuel da Ponte Rego, por maioria.

De seguida, deu-se início à segunda votação, registando-se quinze votos a favor do membro André Carvalho Almeida e oito votos a favor do membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, tendo sido eleito o membro André Carvalho Almeida, por maioria.

Na terceira votação, registaram-se treze votos a favor do membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, oito votos a favor do cidadão Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, um voto a favor do membro André Carvalho Almeida e um voto a favor do membro Gilberto Gouveia Branquinho, tendo sido eleito o membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, por maioria.

Por último, na quarta votação, observaram-se oito votos a favor do Pároco João Martins Furtado, um voto a favor do cidadão Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, um voto a favor do membro Francisco Manuel Mendonça Vieira, um voto a favor do membro Gilberto Gouveia Branquinho, dez votos em branco e dois votos nulos, tendo sido eleito o cidadão Pároco João Martins Furtado, por maioria.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu os parabéns aos eleitos e fez votos para que os cidadãos agora eleitos representassem bem a Assembleia Municipal.

PONTO N.º 6 – OUTROS:

Não houve outros assuntos a tratar.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e duas horas, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
